
**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA**

ENTRE

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

E

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente
emissão*

12 de novembro de 2007



074000400207516.8

h

**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo relacionadas, definidas individualmente como a “Parte” e, conjuntamente, como as “Partes”:

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1.200, 17º andar, Ala A1, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.981.180/0001-16, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”); e

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., nomeada nesta Escritura e nela interveniente, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717 – 6º e 10º andares – Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os “Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu Contrato Social (o “Agente Fiduciário”);

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária da CEMIG Distribuição S.A. (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base em deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 30 de agosto de 2007, cuja ata foi retificada pela reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 30 de outubro de 2007 (as “RCAs”).

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A 2ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária (respectivamente a “Emissão” ou a “Oferta” e as “Debêntures”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:



0740\004\00207516.8

2

2

2.1. Arquivamento e Publicação das Atas de Reunião do Conselho de Administração

As atas das RCAs que deliberaram sobre a Emissão, referidas no item 1.1 acima, serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG (a “JUCEMG”) e seus respectivos extratos serão publicados nos jornais “Minas Gerais”, “Gazeta Mercantil – Edição Nacional” e “O Tempo”. A ata da reunião do Conselho de Administração da Emissora que deliberar sobre a taxa final dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) será também arquivada na JUCEMG e publicada nos jornais “Minas Gerais”, “Gazeta Mercantil – Edição Nacional” e “O Tempo”.

2.2. Inscrição da Escritura na JUCEMG

A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão apresentados para inscrição na JUCEMG, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”).

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A presente Emissão será registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (a “CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “Instrução CVM 400”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Oferta será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a “ANBID”) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 9 de maio de 2006, conforme alterado (o “Código ANBID”).

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures terão registro: (a) para colocação no mercado primário por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (a “CETIP”), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a “ANDIMA”), sendo a integralização das Debêntures, neste caso, liquidadas e custodiadas na CETIP; e (b) para negociação no mercado secundário, por meio do (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e/ou (ii) por meio do Sistema BOVESPAFIX (o “BOVESPAFIX”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a “CBLC”).



0740\004\00207516.8

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**3.1. Objeto Social da Emissora**

A Emissora tem por objeto estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura contempla a 2ª Emissão Pública de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), em série única, na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.4. Número de Séries da Oferta

A Oferta será realizada em série única.

3.5. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos com a Oferta serão integralmente destinados ao pagamento parcial do saldo devedor remanescente das notas promissórias emitidas no âmbito da 3ª emissão pública de notas promissórias da CEMIG Distribuição S.A., cujas principais características estão descritas na tabela abaixo:

Remuneração	Data de Emissão	Destinação dos recursos das notas promissórias	Saldo devedor em 30.09.2007 (R\$)	Data de Vencimento
101,6% da Taxa DI over extra grupo	29/06/2007	recomposição do caixa utilizado nos pagamentos de principal da dívida, ocorridos desde janeiro de 2007 até a liberação dos recursos, bem como ao pagamento das dívidas vincendas até o final do ano	411.319.250,40	26/12/2007



074000400207516.8

4
2

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a colocação do Prospecto Definitivo (conforme definido abaixo) da Oferta à disposição dos investidores e a publicação do Anúncio de Início (conforme definido abaixo).

3.6.2. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de distribuição, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (a “Contratada”), por meio do SDT, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400 e segundo o plano de distribuição elaborado pela Contratada, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias da Contratada e da Emissora, observados os termos e condições definidos no “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, em Regime de Garantia Firme, da 2ª Emissão Pública da CEMIG Distribuição S.A” (o “Contrato de Distribuição”), devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo).

3.7. Coletas de Intenções de Investimento

3.7.1. Será adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pela Contratada, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23, e do artigo 44, ambos da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos (o “Procedimento de *Bookbuilding*”), com o objetivo de determinar a taxa final utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) das Debêntures, a ser apurada pela Contratada, equivalente à menor das taxas oferecidas pelas instituições participantes do processo para lotes de Debêntures cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Debêntures ofertadas.

3.7.2. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado pelo conselho de administração da Emissora e será divulgado nos termos do parágrafo 2º, artigo 23, da Instrução CVM 400, além de ser também ratificado por meio de aditamento a esta Escritura.

3.7.3. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures no âmbito da Oferta (o “Anúncio de Início”) e a disponibilização do prospecto preliminar (o “Prospecto Preliminar”) e do prospecto definitivo (o “Prospecto Definitivo”) e, juntamente com o Prospecto Preliminar, os “Prospectos”).



07401004100207516.8

5

3.7.4. O prazo de colocação das Debêntures será de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do Anúncio de Início (o “Prazo de Colocação”). Após a integral colocação das Debêntures, será publicado o respectivo anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures (o “Anúncio de Encerramento”).

3.8 Negociação das Debêntures

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e/ou do BOVESPAFIX, conforme previsto no item 2.5 acima.

3.9 Aumento da Quantidade de Debêntures

Não haverá a possibilidade de aumento na quantidade das Debêntures a serem distribuídas no âmbito da Oferta em virtude de excesso de demanda, seja a critério da Emissora (nos termos do artigo 14 da Instrução CVM 400), seja a critério da Contratada (nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400).

3.10. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e agente escriturador da Oferta será o Banco Bradesco S.A. (o “Banco Mandatário”), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula.

3.11. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o Relatório de Posição de Ativos expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos, quando depositados no SND e, para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Data de Emissão: para todos os fins e efeitos, a data da Emissão será 15 de dezembro de 2007 (a “Data de Emissão”).

4.1.2. Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”).

4.1.3. Quantidade de Debêntures: serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures, perfazendo o valor total da Emissão de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).



0740/004/00207516.8

6

4.1.4. Prazo e Data de Vencimento: o prazo de vencimento das Debêntures desta Emissão é de 120 (cento e vinte) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final no dia 15 de dezembro de 2017 (a “Data de Vencimento”). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) devida.

4.1.5. Forma e Tipo: as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e serão escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.6. Conversibilidade: as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações.

4.1.7. Espécie: as Debêntures serão da espécie sem garantia nem preferência (quirografia).

4.1.8. Amortização do Principal: o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira dessas parcelas em 15 de dezembro de 2015 (cada uma dessas datas, uma “Data de Amortização”).

4.1.9. Remuneração: As Debêntures desta Emissão farão jus à seguinte remuneração:

4.1.9.1 Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado, a partir da Data de Emissão ou desde a data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (o “IPCA”), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo (a “Atualização”). A Atualização será calculada *pro rata temporis*, por dias úteis, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

Vna = Valor Nominal Unitário acrescido da Atualização calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Emissão ou saldo de seu Valor Nominal Unitário (valor nominal remanescente após amortização de principal, ou incorporação, ou pagamento da atualização monetária) da Debênture, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:



074000400207516.8

7

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

n = número total de índices considerados na Atualização das Debêntures, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a Atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, o valor do número-índice do mês de Atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de dias úteis entre (i) a Data de Emissão, para o primeiro mês de atualização, ou (ii) a data de aniversário anterior, para os demais meses, e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preços, sendo “dup” um número inteiro; e

dut = número de dias úteis contidos entre a data de aniversário anterior e a próxima data de aniversário, sendo “dut” um número inteiro.

Os fatores resultantes das expressões $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.1.9.1.1. A Atualização das Debêntures será paga pela Emissora juntamente com o Valor Nominal Unitário das Debêntures, nas mesmas Datas de Amortização das Debêntures, de maneira proporcional, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2015 e o último, na Data de Vencimento. Desse modo, o valor a ser pago em virtude da Atualização das Debêntures, calculado em relação ao primeiro Período de Capitalização aplicável à Atualização, será apurado pelo Agente Fiduciário, com base nas disposições do item 4.1.9.1 acima e demais disposições aplicáveis desta Escritura, e deverá ser dividido por 3 (três), sendo que cada um dos valores resultantes desta divisão corresponderá ao valor a ser pago pela Emissora a título de Atualização em cada uma das Datas de Amortização (os “Valores Proporcionais de Atualização”), observado que, sobre os Valores Proporcionais de Atualização a serem pagos pela Emissora na segunda e terceira Datas de Amortização, deverá ser acrescido o montante a ser pago em virtude da Atualização das Debêntures, devida com relação a cada um dos respectivos Períodos de Capitalização.



074000400207516.8

8

4.1.9.1.2. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação do IPCA, será aplicado o último número índice do IPCA divulgado, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os detentores das Debêntures quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável.

4.1.9.1.3. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IPCA às Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar Assembléia Geral de Debenturistas (observado o disposto na Cláusula VII abaixo), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Atualização das Debêntures a ser proposto pela Emissora. Até a deliberação desse parâmetro pela Assembléia Geral de Debenturistas, será utilizado, para o cálculo do valor da Atualização das Debêntures, o último IPCA divulgado oficialmente, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido).

4.1.9.1.4. Caso não haja acordo sobre a nova Atualização das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação (ainda que em decorrência da falta de *quorum* para deliberar sobre a matéria), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de início do respectivo Período de Capitalização, conforme o caso, utilizando-se o último IPCA divulgado oficialmente. O resgate ao qual se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

4.1.9.2 *Juros Remuneratórios*: as Debêntures terão juros remuneratórios calculados pela taxa a ser definida mediante Procedimento de *Bookbuilding*, limitada à taxa de 7,96% (sete vírgula noventa e seis por cento) ao ano (os “*Juros Remuneratórios*” e, juntamente com a Atualização, a “*Remuneração*”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Atualização, desde a Data de Emissão, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, desde a data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:



0740004000207516.8

9

$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$, onde:

J = Valor Nominal Unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

Taxa = taxa de juros fixa, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, limitada a 7,96%, informada com 4 (quatro casas decimais);

DP = número de dias úteis entre (i) a Data de Emissão ou (ii) a data de pagamento dos Juros Remuneratórios anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.1.9.2.1. Os Juros Remuneratórios serão pagos anualmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 de dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2008 e, o último, na Data de Vencimento.

4.1.9.2.2. A taxa final dos Juros Remuneratórios será efetivamente apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, devendo ser ratificada pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião que será realizada antes do início da distribuição das Debêntures. As Partes promoverão o aditamento da presente Escritura para que dela conste a taxa final dos Juros Remuneratórios.

4.1.9.3 Para fins de fixação do preço de distribuição das Debêntures, no Procedimento de *Bookbuilding* não serão aceitas intenções de investimento de pessoas vinculadas à Oferta, entendendo-se por pessoas vinculadas aquelas referidas no artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pelos intermediários contratados com cláusula de garantia firme de subscrição das Debêntures.

4.1.9.4 Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que: (a) inicia-se na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização ou, no caso dos demais Períodos de Capitalização (i) com relação à Atualização, na Data de Amortização imediatamente anterior, inclusive e (ii) com relação aos Juros Remuneratórios, na data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, inclusive; e (b) termina na próxima Data de Amortização ou na data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios correspondente ao período (conforme o caso), exclusive. Cada



0740004000207516.8

10

Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. Sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura, o pagamento dos Juros Remuneratórios será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, enquanto que o pagamento da Atualização deverá ser feito conforme previsto no item 4.1.9.1.1 acima.

4.1.10. Repactuação: não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.1.11. Direito de Preferência: não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.1.12. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: todas as Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

4.1.13. Local de Pagamento: os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados pela Emissora por intermédio da CETIP ou da CBLIC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLIC ou, para os titulares de Debêntures desta Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário.

4.1.14. Imunidade de Debenturistas: caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

4.1.15. Amortização Extraordinária: Não haverá a possibilidade de a Emissora promover a amortização do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em datas que não as Datas de Amortização.

4.1.16. Prorrogação dos Prazos: considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo e/ou Belo Horizonte, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLIC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.1.17. Multa e Encargos Moratórios: sem prejuízo do disposto no item 5.2. abaixo, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso serão acrescidos da respectiva Remuneração aplicável às Debêntures, bem como ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o



074000400207516.8

11

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

valor devido e aos juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.1.18. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de juros remuneratórios e/ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.1.19. Resgate Antecipado Facultativo: as Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas ao resgate antecipado facultativo pela Emissora.

4.1.20. Publicidade: todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional dos jornais “Minas Gerais”, “Gazeta Mercantil – Edição Nacional” e “O Tempo”, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores - Internet (<http://cemigd.infoinvest.com.br>), exceção feita aos seguintes avisos e anúncios: (a) aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400; (b) Anúncio de Início; (c) Anúncio de Encerramento; e (d) outros avisos aos investidores que eventualmente sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que poderão, a critério da Emissora, ser publicados somente na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil. Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor dos Anúncios de Início e de Encerramento constará da página da Emissora na rede internacional de computadores - Internet, no endereço acima referido. Os avisos e/ou anúncios aqui referidos deverão ser divulgados imediatamente após a ciência do(s) ato(s) ou fato(s) que originou(aram) esses avisos ou anúncios, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, 10 (dez) dias corridos contados da data da publicação do aviso ou anúncio. A Emissora poderá alterar o(s) jornal(is) referido(s) nesta Cláusula por outro(s) jornal(is) de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no(s) jornal(is) a ser(em) substituído(s). Neste caso, a Emissora deverá, ainda, celebrar aditamento a esta Escritura para fazer constar desta Escritura o(s) novo(s) jornal(is) de publicação.

4.1.21. Fundo de Amortização: não será constituído fundo de amortização para a presente Oferta.

4.1.22. Liquidez e Estabilização: não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.



0740/004/00207516.8

12

**CLÁUSULA V - DA AQUISIÇÃO ANTECIPADA
E DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

5.1. Aquisição Antecipada Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

5.2. Vencimento Antecipado

Observados os itens 5.2.1, 5.2.1.1 e 5.2.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da data de início do respectivo Período de Capitalização, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Emissora ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora ou pedido de falência formulado pela Emissora ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (b) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures;
- (c) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não;
- (d) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Emissora seja parte e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras à época;
- (e) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor global ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;



0740\004\00207516.8

13

Handwritten signature/initials.

- (f) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em até 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora nesse sentido;
- (g) se a Emissora deixar de pagar, até a data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora segundo qualquer acordo ou contrato de qual ela seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; e/ou
- (h) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária que impliquem redução do capital social da Emissora; para fins desta alínea entende-se por “privatização” a hipótese na qual: (i) a atual controladora direta da Emissora, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (a “CEMIG”), direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora; e/ou (ii) o atual controlador da CEMIG, o Governo do Estado de Minas Gerais, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da CEMIG.

5.2.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos subitens (a), (b) e (c) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ou de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.2.1.1. Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos no item 5.2.1 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula VII abaixo e o *quorum* específico estabelecido no item 5.2.2. abaixo.

5.2.2. Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.2.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos encargos devidos até a data de seu efetivo pagamento, nos termos do item 5.2 supra, a menos que Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.



0740V004V00207516.8

14

Handwritten signature or mark.

5.2.2.1. Caso os Debenturistas da presente Emissão optem por não declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos do item 5.2.2 acima, as Debêntures detidas pelos Debenturistas que não concordaram com a respectiva deliberação deverão ser resgatadas pela Emissora no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da Assembléia Geral de Debenturistas. As Debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da data de início do respectivo Período de Capitalização, até a data do efetivo resgate.

5.2.3. Não se realizando a Assembléia Geral de Debenturistas conforme disposto no item 5.2.2 supra, ou em não havendo: (a) sua convocação, (b) deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, ou (c) *quorum*, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto no item 5.2.4 abaixo.

5.2.4. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), com o seu conseqüente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de início do respectivo Período de Capitalização, até a data do seu efetivo pagamento, acrescido de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, inclusive os encargos moratórios aqui estabelecidos.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
- (b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;



0740004000207516.8

15

- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada (a “Instrução CVM 202/93”), nos prazos ali previstos e, dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- (d) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas informando, inclusive a data e ordem do dia dessas Assembleias, e prontamente fornecer cópias de todas as atas dessas Assembleias Gerais de Debenturistas, bem como cópia das atas e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Emissora que envolvam os interesses dos Debenturistas;
- (e) cópia dos avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, atas de assembleias e demais documentos que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas, se possível, na mesma data em que forem publicados, mas nunca após 2 (dois) dias úteis de sua publicação;
- (f) imediatamente, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- (g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa às Debêntures ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento;
- (h) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento;
- (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, na maior brevidade possível, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data em que tomar ciência de sua ocorrência. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 (a “Instrução CVM 358/02”), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida Instrução CVM 358/02, observado o prazo máximo aqui previsto.

6.1.2. Proceder à adequada publicidade de seus dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.



0740\004\00207516.8

16

6.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora.

6.1.4. Convocar, nos termos do item 7.1 desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável, observado o disposto nesta Escritura com relação à convocação de Assembléia Geral de Debenturistas.

6.1.5. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas.

6.1.6. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

6.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado.

6.1.8. Manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

6.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

6.1.10. Notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento.

6.1.11. Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

6.1.12. Não praticar quaisquer atos em desacordo com seu estatuto social e a Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas.

6.1.13. Manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessários ao regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, e ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.

6.1.14. Manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.



0740\004\00207516.8

17

6.1.15. Manter, conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários ou úteis para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais.

6.1.16. Enquanto as Debêntures existirem, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data do presente, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam nesta data, exceto quando e se exigidos pela legislação em vigor ou pelas regulamentações emitidas pelo Poder Concedente.

6.1.17. Cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios.

6.1.18. Contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e/ou BOVESPAFIX) e agência de classificação de risco (*rating*) para realizar a classificação de risco das Debêntures, devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco anualmente, até a Data de Vencimento. Além do aqui disposto, a Emissora deverá: (a) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as respectivas súmulas das classificações de risco; e (b) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora.

6.1.19. Caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá: (a) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Moody's América Latina Ltda. ou a Standard & Poor's; ou (b) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembléia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

6.1.20. Enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a alínea (m) do item 8.4.1 abaixo.

6.1.21. Manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas.



0740/004/00207516.8

18

CLÁUSULA VII - DA ASSEMBLÉIA-GERAL DOS DEBENTURISTAS

7.1. Convocação

7.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia geral de Debenturistas (a “Assembléia Geral de Debenturistas”), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), ou pela CVM.

7.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembléias Gerais de Debenturistas constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

7.1.3. As Assembléias Gerais de Debenturistas serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data de publicação do edital da segunda convocação.

7.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido).

7.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

7.2. Quorum de Instalação

7.2.1. A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quora* de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da Emissora, que forem de titularidade de empresas controladas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.



0740'004'00207516 8

19

7.3. Mesa Diretora

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Agente Fiduciário; (ii) ao Presidente do Conselho de Administração da Emissora; ou (iii) ao Debenturista eleito pelos Debenturistas presentes.

7.4. Quorum de Deliberação

7.4.1. Nas deliberações da Assembleia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

7.4.2. Observadas as demais disposições desta Cláusula VII: (a) as alterações nas características e condições das Debêntures e da Oferta (exceto conforme previsto no item 7.4.3 abaixo); (b) as alterações nas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures; e/ou (c) a liberação da Emissora de suas obrigações previstas na Cláusula VI desta Escritura deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

7.4.3. Não obstante o disposto no item 7.4.2 acima, será necessária a aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação para a realização de: (a) alterações relativas à Remuneração e/ou ao pagamento das Debêntures; (b) mudanças na Data de Vencimento e/ou nas Datas de Amortização; e/ou (c) alterações em dispositivos sobre *quora* previstos nesta Escritura.

7.4.4. Ressalvados os casos aqui previstos, as matérias sujeitas à Assembleia Geral de Debenturistas serão aprovadas pelos titulares da maioria simples das Debêntures em Circulação que estiverem presentes na Assembleia.

7.4.5. A Emissora desde já se obriga a adquirir, tendo sido aprovadas alterações das condições de Remuneração e/ou pagamento das Debêntures, bem como mudanças na Data de Vencimento e/ou nas Datas de Amortização (conforme disposto nos itens 7.4.3(a) e 7.4.3(b) acima), as Debêntures em Circulação, à opção dos respectivos Debenturistas que não aceitarem as novas condições de Remuneração e/ou pagamento.

CLÁUSULA VIII – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário desta Emissão, acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.



0740000400207516.8

20

A
h

8.1.2. A presente nomeação decorre do Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação MS/AS 530-E70178 e reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, a ela integrando a proposta do Agente Fiduciário datada de 3 de agosto de 2007.

8.2. Remuneração do Agente Fiduciário

8.2.1. Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga em parcelas trimestrais de R\$4.378,76 (quatro mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta e seis centavos) cada uma, sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a assinatura desta Escritura e os demais pagamentos nas mesmas datas dos meses subseqüentes.

8.2.2. A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.2.3. As parcelas referentes ao item 8.2.1. serão atualizadas, anualmente, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento de cada parcela, calculada *pro rata temporis* se necessário, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, devendo a primeira atualização ocorrer após um ano contado da data em que ocorrer o primeiro pagamento, nos termos desta Escritura, ao Agente Fiduciário.

8.2.4. O Agente Fiduciário deverá arcar com todos os custos decorrentes de quaisquer impostos que venham a incidir sobre sua remuneração, inclusive, mas não se limitando, ao Imposto de Renda, ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e COFINS, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.2.5. A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

8.2.6. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral (exemplos: de edital de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, da própria Assembleia Geral de Debenturistas, de anúncio comunicando que o relatório anual do Agente Fiduciário se encontra à disposição); notificações; extração de certidões; viagens e estadias; despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário.



0740000400207516.8

21

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia dos Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

8.3.4. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita, nos termos do artigo 4º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores (a “Instrução CVM 28/83”), à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83.

8.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivado na JUCEMG.

8.3.6. A remuneração do novo Agente Fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

8.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a Data de Vencimento.

8.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 28/83, bem como a Lei das Sociedades por Ações.



0740/004/00207516.8

22

8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações, ou em ato normativo da CVM incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 28/83, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora referentes aos distribuidores cíveis, às varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- (i) solicitar, quando considerar necessário e desde que de forma fundamentada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) examinar a alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do parágrafo 2º, artigo 57, da Lei das Sociedades por Ações, a alteração proposta;



0740\004\00207516 8

23

- (k) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 4.1.20 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura e enviar à CVM, à CETIP e à Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP (a “BVSP”), no primeiro dia útil após a primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas tão logo tome ciência dessa proposta;
- (l) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CVM, à CETIP e à BVSP, no 1º (primeiro) dia útil contado da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembléia Geral de Debenturistas;
- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (m.4) posição da Emissão ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (m.5) resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (m.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento; e
 - (m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;



0740/004/00207516.8

24

- (n) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "m" aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (n.1) na sede da Emissora;
 - (n.2) na sede do Agente Fiduciário;
 - (n.3) na CVM;
 - (n.4) na BVSP e na CETIP, quando for o caso;
 - (n.5) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures;
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea "m" acima se encontra à disposição daqueles, nos locais indicados na alínea "n" acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário, ANDIMA, BVSP e CETIP;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) em complemento ao disposto no item 6.1.1, alínea "i" acima, notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM, à CETIP e à BVSP quando e se for o caso;
- (s) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente; e
- (t) fazer com que a Emissora cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco nos termos da Cláusula 6.1.18 acima, e encaminhar à ANBID cópia das referidas atualizações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua respectiva divulgação.



0740'004'00207516.8

25

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) se aplicável, executar garantias aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. Observado o disposto na Cláusula V acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “d” do item 8.5.1 supra se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembléia, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembléia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “e” do item 8.5.1 acima.

8.6. Despesas

8.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.6.2. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado, imediatamente, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora, nos termos do item 8.2.6 acima.

8.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais



0740004000207516.8

26

decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA IX - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (c) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (d) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (e) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



074000400207516.8

27

Handwritten signature and the number 2.

- (f) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28/83, e nas demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, as normas que vierem a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (g) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (h) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (i) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (j) ter verificado a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento; e
- (k) ter verificado os limites desta Emissão, nos termos do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, e que esses limites foram atendidos pela Emissora.

9.2. A Emissora, neste ato, declara e garante que:

- (a) é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações;
- (b) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes para tanto;
- (c) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (d) os termos desta Escritura não contrariam: (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (ii) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições;
- (f) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, especialmente daquelas previstas na Cláusula VI acima;



0740\004\00207516.8

28

- (g) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, bem como as demonstrações financeiras datadas de 31 de setembro de 2006 e 2007, representam corretamente a posição financeira da Emissora nesta respectiva data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) a Emissora e suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (i) obteve todas as aprovações necessárias, sejam de caráter interno ou emitidas por entidades governamentais competentes, com relação a esta Emissão e à colocação pública das Debêntures;
- (j) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à esta Emissão; e
- (k) nenhum Evento de Inadimplemento, conforme previsto no item 5.2 desta Escritura, está em curso.

9.2.1. A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretroatável a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e a Contratada, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios arbitrados judicialmente) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pela Contratada, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

9.2.2. Sem prejuízo do disposto no item 9.2.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.



0740\004\00207516.8

29

CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**10.1. Endereçamento**

10.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para Emissora	CEMIG Distribuição S.A. Av. Barbacena nº 1.200, 1º andar, Ala A1 Belo Horizonte, MG CEP: 30190-131 At.: Sr. Paulo Eduardo Pereira Guimarães Telefone: (31) 3506-4105 Fac-símile: (31) 3506-5068 E-mail: peduardo@cemig.com.br
Para o Agente Fiduciário	SLW Corretora de Valores e Câmbio LTDA. Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 717 – 6º e 10º andares – Itaim Bibi São Paulo, SP CEP: 04530-001 At.: Sr. Felipe Coimbra Alois André Telefone: (11) 3048-9763 / 3048-9915 Fac-símile: (11) 3048-9888 E-mail: slw@slw.com.br
Para o Banco Mandatário	Banco Bradesco S.A. Cidade de Deus – Prédio Amarelo – 2º andar Osasco, SP CEP: 06029-900 At.: Sr. José Donizetti de Oliveira Telefone: (11) 3684-3749 Fac-símile: (11) 3684-2714 E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br
Para a CETIP	CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar CEP: 01009-000 Telefone: (11) 3111-1596 Fac-símile: (11) 3111-1564 E-mail: gr.debentures@cetip.com.br
Para a CBLC ou BVSP	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP Rua XV de Novembro, 275, São Paulo, SP CEP: 01013-001 At. Charles Mann de Toledo Telefone: (11) 3233-2720 Fac-símile: (11) 3233-2051 E-mail: ctoledo@bovespa.com.br



074000400207516.8

30

10.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

10.2. Pagamento de Dividendos

Caso seja deliberado e efetivamente realizado o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, pela Emissora à CEMIG, e no momento dessa deliberação e/ou pagamento a Emissora estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures, os Debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas as obrigações da Emissora decorrentes desta Emissão, aplicando-se o disposto nos itens 5.2.1.1 e seguintes desta Escritura. Purgada a mora, os Debenturistas não mais poderão declarar o vencimento antecipado das obrigações da Emissora decorrentes desta Emissão, na hipótese de a Emissora efetivar o pagamento, a seus acionistas, de valores a título de dividendos ou juros sobre capital próprio. O aqui disposto não se aplica ao pagamento dos dividendos obrigatórios, previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

10.3. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia a eles ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.4. Correção de Valores

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data de assinatura desta Escritura, exceção feita à remuneração do Agente Fiduciário, que será atualizada conforme disposto no item 8.2.3 acima.



07401004100207516.8

31

A
6

10.5. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.6. Foro

Fica eleito o foro da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

**[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO]**



0740004000207516.8

32

A
L

Esta Página é parte da "Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária da CEMIG Distribuição S.A." firmada em 12 de novembro de 2007.

Belo Horizonte, 12 de novembro de 2007.

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	
<p>Nome: _____ Carga: Djalma Bastos de Moraes Diretor Presidente</p>	<p>Nome: _____ Carga: Luiz Fernando Rolla Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações</p>
SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.	
<p>Nome: _____ Carga: Felipe Coimbra Aloí Andre Depto. Agente Fiduciário</p>	<p>Nome: _____ Carga: Sélio Wazyra</p>
Testemunhas:	
<p>Nome: _____ CPF: Paulo Eduardo Pereira Guimarães CPF: 536.751.266-68</p>	<p>Nome: _____ CPF: Cristiano Corrêa de Barros CPF: 327.933.916-20</p>



0740004000207516.8

33